



DESTAQUE RURAL Nº 13
Maio de 2016

**ACTUAL CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÓMICA,
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

O Observatório do Meio Rural (OMR) tem acompanhado com atenção a recente evolução geral do país e, em particular, o desenrolar da economia com ênfase para a crise da dívida. Tem contribuído em debates públicos e co-assinado comunicados em parceria com outras organizações da sociedade civil. Este texto procura focalizar nos previsíveis efeitos da situação geral do país sobre a agricultura e o meio rural.

O OMR manifesta a sua preocupação acerca dos efeitos do conflito militar e político, sobretudo no centro do país, onde se localizam algumas das principais zonas produtoras e de maior densidade populacional. Este factor, associado às condições meteorológicas e de migrações forçadas, principalmente pelo efeito da guerra e investimentos, terá consequências importantes sobre a produção, a circulação de bens e os custos de produção e de transportes, com efeitos sobre os preços, afectando sobretudo os cidadãos de renda baixa, isto é, a maioria da população moçambicana pobre. Importantes investimentos no meio rural e na agricultura estão sendo afectados devido ao conflito armado, pela baixa de confiança dos investidores no país quanto ao risco da dívida e suas consequências, e pela debilitação das instituições.

O abastecimento às cidades tenderá a reduzir, reforçando a necessidade de importações, em contexto de grande escassez de divisas. Infelizmente, este efeito pode ser compensado com uma redução da procura nas zonas urbanas, em consequência do previsível, e já em curso, aumento do desemprego, redução das oportunidades e do volume dos negócios das empresas e das economias informais, diminuição do poder de compra da maioria dos cidadãos.

Estes e outros aspectos implicarão aumento da pobreza e das desigualdades sociais, bem como a baixa de confiança dos cidadãos no sistema do poder, o que poderá provocar maior instabilidade social e aumento da criminalidade, sobretudo nos centros urbanos. O OMR, como organização de pesquisa e advocacia e também de educação para cidadania, analisa com preocupação as posições aparentemente pouco aprofundadas sobre as causas e origem do actual pico de crise e em particular da dívida pública, assim como da ausência de medidas tendentes a reformas nas políticas e nas instituições, o aumento de tom dos discursos e das manifestações repressivas, o *black out* informativo e o reinício de atitudes de arrogância e autoritarismo.

O OMR tem manifestado persistentemente a sua preocupação sobre a secundarização da agricultura na política económica e nas políticas públicas, designadamente no que se refere à alocação de recursos orçamentais e do investimento público, do crédito, de subsídios desajustados, incoerentes, contraditórios entre si e descontinuados, beneficiando os grandes e médios produtores, políticas e tarifas alfandegárias questionáveis, debilidade das instituições, não cumprimento nem capacidade de fiscalizar a lei, entre outros aspectos. O OMR considera,

ainda, que grande parte das instituições públicas do aparelho de Estado da agricultura permanece fechada, isto é, pouco dialogante, mantendo os sinais de arrogância. Em resumo, o OMR reafirma a ausência de uma política agrária explícita e estável, embora exista claramente uma política agrária implícita.

Esta política agrária não explícita indica claramente a secundarização da agricultura familiar que produz mais de 95% dos bens alimentares e a maioria dos bens exportados (tabaco, algodão, gergelim, etc.), é responsável por mais de 75% da ocupação dos moçambicanos, gera mais de 70% do rendimento das famílias camponesas e contribui com mais de 25% do riqueza nacional. É uma política agrária que privilegia o grande investimento, o surgimento discricionário dos "agricultores emergentes", a tractorização desajustada, o crédito e subsídios cujos beneficiários são os grandes e médios produtores e um desarmamento alfandegário inoportuno e castigador dos produtores nacionais.

As principais consequências são a baixa da produtividade e do rendimento dos produtores, desigualdades sociais, incremento do défice da balança comercial agrícola, fraca redução da desnutrição, prevalência de doenças crónicas, má qualidade do ensino, reduzida capacidade de resistências às calamidades naturais e fraca capacidade de intervenção em contexto de emergência. Estas tendências negativas serão agora significativamente agravadas com a dívida pública e a escassez de divisas, cujas consequências foram já mencionados nos comunicados de organizações da sociedade civil em que o OMR é solidário e co-assinante.

É hoje consenso que a agricultura não tem desempenhado as suas funções no desenvolvimento económico e social. As crises, e por maior razão, os picos de crise grave como a que atravessa Moçambique, podem ser um momento de revisitar não só as políticas públicas, como a aplicação de medidas de implementação. A agricultura e o meio rural necessitam de uma política agrária e de desenvolvimento territorial diferente daquela que vem sendo praticada.

A conjugação dos diferentes efeitos da conjuntura política e económica, terá consequências preocupantes sobre a agricultura. Considerando a importância da agricultura na sociedade e na economia, o enunciado constitucional de priorização do sector e a Declaração de Maputo em afectar 10% do orçamento à agricultura, espera-se que os expectáveis cortes no orçamento público não afecte substancialmente o sector. No entanto, o OMR considera a necessidade de uma reestruturação nos gastos públicos privilegiando as áreas com maiores efeitos sobre a produção, nomeadamente a extensão, a investigação e os serviços agrários. A educação, a saúde, e as redes comercial e de estradas que articulem as principais zonas produtoras aos mercados não devem ser também afectados pela contracção das despesas e do investimento público.

Os teóricos efeitos da desvalorização da taxa de câmbio poderão não se reflectir no aumento da produção e das exportações (o que está acontecendo na realidade), considerando os efeitos da conjuntura em sentido contrário, particularmente da capacidade de resposta (elasticidade da oferta) do sector produtivo maioritariamente localizado em zonas de instabilidade político-militar, a subida dos custos de produção e dos transportes, a baixa dos preços internacionais ea retracção da procura com redução do poder de compra da maioria da população. Igualmente, é expectável a retracção do investimento e o aumento do desemprego no meio rural, seja do sector empresarial agrário como de outros sectores, agravando a crise económica e suas repercussões no meio rural.

Este momento pode ser de reflexão e tomada de consciência para a imperatividade de diversificar a economia e, sobretudo, para se aceitar definitivamente e em termos práticos, acerca da prioridade da agricultura e do meio rural, sobretudo no que respeita ao papel da produção alimentar e do sector familiar da agricultura e do aumento da renda das famílias pobres do campo.

O OMR tem a convicção da importância da participação dos diferentes tipos de agentes económicos de vários sectores económicos e sociais no desenvolvimento rural. O OMR mantém o seu posicionamento na defesa dos direitos, sobretudo produtores sobretudo quanto ao acesso e segurança no uso da terra de acordo com a lei vigente e à participação das comunidades no aproveitamento e gestão dos recursos naturais (solo, água, floresta, fauna e minerais). O OMR considera que a ocupação territorial deve obedecer a um planeamento do uso do território de forma a garantir o desenvolvimento da pequena produção e dos modos de vida dos camponeses numa perspectiva dinâmica de transformação estrutural no contexto da evolução da economia como um todo. O OMR manter-se-á atento às práticas nos processos de reassentamentos e migrações forçadas.

O OMR não é contrário ao investimento privado, nacional ou estrangeiro, desde que sejam assegurados os direitos dos camponeses, boas práticas do capital e a integração inclusiva dos pequenos produtores com repartição equitativa dos benefícios para as comunidades, conforme o referido no parágrafo anterior. De entre os vários aspectos, o OMR tem exigido a legalidade: aplicação e verificação da aplicação da Lei.

O OMR já revelou possuir conhecimento e experiência que podem ser consideradas na reformulação dessas políticas e estratégias. O OMR está disponível para dar esse contributo junto das instituições públicas e em coordenação com outras organizações, nomeadamente as representantes dos camponeses, do sector privado e de organizações da sociedade civil. Para o efeito, os ministérios relacionados com a agricultura e o desenvolvimento rural, devem mostrar maior abertura e disponibilidade para o diálogo e debate. O OMR junta-se à sociedade em geral na exigência da legalidade dos processos governamentais e do Aparelho de Estado, designadamente nas medidas tomadas e a tomar sobre a crise da dívida pública e da conjuntura económica geral da economia.

Maputo, 09 de Maio de 2016.
A Direcção do OMR